**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

Torna-se público que a Município de São Miguel do Anta, por meio do (a) setor de licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** na hipótese do **art. 75*, inciso II***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**DATA DA SESSÃO:** 23 de novembro de 2026.
**LOCAL:** Portal de Compras Públicas: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.
**HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** 8:00 às 14:00
**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM.

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**1.1.** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **Aquisição de instrumentos musicais, acessórios de percussão, vestuário (abadás e uniformes), tecidos, aviamentos e adereços carnavalescos, destinados ao aparelhamento, estruturação e caracterização da Banda Furiosa, dos blocos carnavalescos e da equipe de apoio, visando atender às necessidades de organização e realização das festividades carnavalescas do Município de São Miguel do Anta/MG,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
**1.2.** A contratação ocorrerá conforme método de disputa estabelecido, cujo os itens a serem contratados estão previstos no item 19 do Termo de Referência, Anexo II deste aviso de contratação direta.
**1.2.1.** Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, caso aplicável, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

**2.1.** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
**2.1.1.** Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.
**2.1.2.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
**2.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
**2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
**2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
**2.2.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
**2.2.3.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
**2.2.3.2.** aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
**2.2.4.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
**2.3.** Será permitida a participação de cooperativas, desde o objeto social seja compatível com o objeto a ser contratado e que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
**2.3.1.** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

**3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
**3.2.1.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
**3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
**3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
**3.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
**3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
**3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o ***Termo de Referência***, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
**3.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
**3.9.2.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
**3.9.3.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
**3.9.4.** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
**3.9.5.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
**3.9.6.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

## 4. FASE DE LANCES

**4.1.** *A partir das **8:00h** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta*, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
**4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
**4.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item e/ou conjunto de itens, conforme adotado no preâmbulo deste instrumento e no **item 14 do T.R**.
**4.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
**4.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
**4.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 0,01 (um centavo).*
**4.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
**4.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
**4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
**4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o

seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

**5.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**5.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**5.3.1.** Havendo necessidade de envio da proposta ajustada e/ou documento complementar em caráter de diligência, terá o arrematante o **prazo de 20 (vinte minutos)**, a contar da solicitação pelo Agente de Contratação, para anexar no sistema, sob pena de desclassificação.

**5.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

**5.4.1.** Se houver omissão do prazo ou prazo declarado divergente, o prazo que prevalece será sempre o previsto no item anterior.

**5.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**5.5.1.** contiver vícios insanáveis;

**5.5.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**5.6.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.7.** *Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a*

*análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

**5.7.1.** *para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;*

**5.7.2.** *serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

**5.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**5.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**5.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.11.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.12.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

**6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

**6.1.1.** Os documentos que constar no SICAF, servirão de meio de prova para habilitação.

**6.1.2.** As empresas que enviarem previamente os documentos de habilitação, serão habilitadas por eles.

**6.1.3.** Havendo necessidade de envio da documentação de habilitação ou documento complementar em caráter de diligência, terá o arrematante o **prazo de 20 (vinte minutos)**, a contar da solicitação pelo Agente de Contratação, para anexar no sistema, sob pena de inabilitação.

**6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**6.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

**6.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
**6.2.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
**6.2.2.1.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
**6.2.2.1.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
**6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
**6.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
**6.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
**6.5.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
**6.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
**6.7.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
**6.7.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
**6.8.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 7. CONTRATAÇÃO

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
**7.2.1.** Tendo em vista os princípios da economicidade, celeridade e eficiência, o Termo de Contrato será assinado preferencialmente na forma digital, mediante o uso de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ou mediante o Assinador on-line e gratuito disponibilizado pelo Governo Federal, o GOV.BR assinador.iti.br.
**7.2.2.** *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*
**7.2.3.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou

instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3.** O prazo de vigência da contratação é aquele previsto no Termo de Referência, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

**7.4.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

**8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**8.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**8.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**8.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**8.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**8.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**8.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**8.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**8.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**8.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**8.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**8.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**8.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**8.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**8.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
**8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
**8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
**8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
**8.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
**8.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
**8.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
**8.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
**8.11.** *As sanções por atos praticados no decorrer da contratação e execução contratual estão previstas no Termo de Referência, no anexo II deste Aviso de Dispensa Eletrônica.*

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**9.1.** O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
**9.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
**9.2.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;
**9.2.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
**9.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
**9.2.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
**9.3.** As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
**9.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
**9.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
**9.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**9.7.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**9.8.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.9.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.10.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**9.12.** Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

**9.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**9.13.1.** ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
**9.13.2.** ANEXO II - Termo de Referência;
**9.13.3.** ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
**9.13.4.** ANEXO IV – Modelo de Carta Proposta
**9.13.5.** ANEXO V – Modelo de Declaração padrão

São Miguel do Anta, 16 de novembro de 2026.

**Juliana Pinto Pacheco**
**Agente de Contratação**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

***ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO***

## 1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**1.1** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

**1.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**1.4** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**1.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**1.6** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**1.7** *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

**1.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

**2.1** **CARTÃO CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**2.2** **Prova de Regularidade relativa ao FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

**2.3** **Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

**2.4** **Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

**2.5** **Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal**, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

**2.6** **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidão), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

**2.7** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

## 3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**3.1** Não será exigido para o objeto em tela.

## 4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**4.1** **Atestado(s) de Capacidade Técnica:** Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido, a contento, bens **pertinentes e compatíveis** em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação (Instrumentos Musicais, Acessórios de Percussão e/ou Vestuário/Confecção Têxtil, conforme o lote ou item disputado).
**4.1.1** O atestado deverá conter, obrigatoriamente, a identificação da pessoa jurídica emitente, a descrição dos bens fornecidos e a declaração de que o fornecimento foi executado satisfatoriamente.

## 5 DAS DECLARAÇÕES

**5.1** Assinalar **‘’sim’’** as declarações eletrônicas obrigatória via sistema.
**5.2** Anexar junto aos documentos de habilitação, o rol de declarações previsto no ANEXO V do aviso de contratação direta.

## 6 DA PROPOSTA AJUSTADA

**6.1** Anexar no sistema a carta proposta ajustada, conforme anexo IV desde edital.

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

***ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.***

**1. OBJETO:**

**1.1. Aquisição de instrumentos musicais, acessórios de percussão, vestuário (abadás e uniformes), tecidos, aviamentos e adereços carnavalescos, destinados ao aparelhamento, estruturação e caracterização da Banda Furiosa, dos blocos carnavalescos e da equipe de apoio, visando atender às necessidades de organização e realização das festividades carnavalescas do Município de São Miguel do Anta/MG,** de acordo com as especificações, quantidades e condições gerais de fornecimento definidas.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS:**

**2.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o pleno aparelhamento, a manutenção instrumental e a caracterização visual da Banda Furiosa, dos blocos carnavalescos e das equipes de apoio do Município de São Miguel do Anta/MG durante a realização das festividades carnavalescas municipais, viabilizando a aquisição de acessórios de percussão profissional, vestuário personalizado (abadás e bermudões), tecidos e adereços indispensáveis à execução das atividades culturais e recreativas promovidas pela Administração, medida que fomenta o turismo local, movimenta a economia regional e preserva as tradições festivas comunitárias em estrita observância ao interesse público, ao princípio da eficiência e ao dever constitucional de incentivo e difusão das manifestações culturais previstos no art. 215 da Constituição Federal e no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.2. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**2.2.1.** A NLLC prevê em seu Art. 75, a possibilidade em contratar obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, e bens e serviços comuns cujo teto da estimativa da contratação não exceda o montante limite previsto incisos I e II respectivamente.
**2.2.2.** Levando em consideração que o valor estimado da contratação é inferior ao limite constitucional, a adoção de dispensa eletrônica se mostra o instrumento adequado ao objeto.

**3. DO ENQUADRAMENTO NA NATUREZA DE BENS / SERVIÇOS COMUNS.**

**3.2.** Considerando as características dos bens/serviços a serem adquiridos, o objeto desta aquisição pode ser caracterizado como bem comum, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente usuais e encontradas no mercado correlato, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.
**3.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e Art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

**4. DA FORMA DE AQUISIÇÃO E CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO.**

**4.1.** Os proponentes deverão apresentar proposta fornecendo informações como valores e marcas e modelo no caso de produtos. Na proposta deverão estar incluídos a carga tributária, o frete e todas as despesas incidentes, que correrão à conta da licitante/proponente, sem qualquer ônus adicional a administração.
**4.2.** Na prosta deverão estar incluídos a carga tributária, o transporte e todas as despesas

incidentes, que correrão à conta da licitante/proponente, sem qualquer ônus adicional a administração.

**4.3.** A contratada deverá observar o especificado no objeto deste termo de referência, de acordo com as solicitações da secretaria solicitante, observadas as normas legais vigentes como também as cláusulas e condições nele contidas;

**4.4.** Deverá emitir as notas fiscais/fatura tendo em vista os bens entregues ou serviços realizados, anteriormente à emissão da nota;

**4.5.** Após o faturamento, a empresa contratada ficará obrigada a entregar a notas fiscais no setor de compras do município, endereço constante no preâmbulo deste, acompanhadas das respectivas requisições de atendimento.

**4.5.1.** Em caso de descumprimento do item anterior, as faturas NÃO SERÃO RECEBIDAS pelo setor, cabendo a contratada regularizar a situação no prazo de 5 (dias).

**4.5.2.** Após a aprovação final das notas fiscais, será emitido a Autorização de Pagamento final em favor ao fornecedor, oportunidade que a administração reconhecerá a efetivação da despesa e a encaminhará para devido processamento.

**4.6.** Deverá substituir, às suas expensas, os bens ou serviços não aprovados pelo contratante, quando considerados fora dos padrões exigidos;

**4.7.** Deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**4.8.** Deverá responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato.

**4.9.** Deverá responsabilizar-se por danos causados a si, ao contratante e/ou a terceiros, bem como possíveis indenizações decorrentes da execução deste contrato;

**4.10.** Deverá assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais.

**DA PREVISÃO DAS AQUISIÇÕES**

**4.11.** *A aquisição será feita de forma parcelada, conforme necessidades dos setores requisitantes, sendo solicitado pela CONTRATANTE mediante a apresentação da requisição (Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho), emitida pelo Setor de Compras observando a especificação e a quantidade do mesmo;*

## 5. DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO.

**5.1.** São servidores responsáveis pela fiscalização da execução do objeto, desde a emissão da Ordem de Início dos Serviços, até a entrega e ateste do recebimento ou eventual contestação e saneamento de qualquer situação ou produto fora das normas, ou quem a estes eventualmente designarem;

**5.1.1.** Considera-se servidores fiscais pela execução, aqueles que possuem autonomia para emissão da Ordem de fornecimento e liquidação da eventual despesa, sendo eles os responsáveis pela Secretaria Solicitante e/ou as demais secretarias que sejam destinatárias dos bens ou serviços, acompanhados de mais dois servidores da pasta.

**5.1.2.** Ademais, o gestor e fiscal são aqueles identificados na DFD.

## 6. DEMAIS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

**6.1.** Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento e outros inerentes a aquisição pretendida.

**6.2.** Zelar e garantir a boa qualidade dos bens/serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

**6.3.** Responsabilizar-se pelo transporte dos objetos de seu estabelecimento até o local

determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento e acondicionamento, quando for o caso;

**6.4.** Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários ao Município;

**6.5.** Arcar, de forma exclusiva, com todos os ônus necessários a execução da entrega dos bens/serviços que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.

**6.6.** Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o Município, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos seus ou de quem em seu nome agir, decorrentes irresponsabilidade e ingerência.

**6.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto de entrega, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução.

**6.8.** Em tudo agir, segundo as diretrizes do MUNICÍPIO.

**6.9.** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.

**6.10.** Dar/Apresentar garantia, pelo prazo legal, de todos os serviços fornecidos, podendo as garantidas ser por prazo superior ao mínimo legal exigido.

**6.11.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.12.** Assinar a Ata, contrato ou documento similar originário do processo de contratação.

**6.13.** Cumprir todas as obrigações inerentes ao objeto, bem como o T.R e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**6.14.** Indicar preposto para assinar o contrato ou instrumento equivalente.

## 7. OBRIGAÇOES DO MUNICIPIO.

**7.1.** Receber, conferir e aprovar a entrega dos bens e/ou serviços pela contratada;

**7.2.** Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos bens entregues e/ou serviços por ela fornecidos.

**7.3.** Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

**7.4.** Notificar a Detentora/Contratada, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

**7.5.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. DO PAGAMENTO.

**8.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**8.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 9. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO.

**9.1.** Os valores poderão sofrer alterações, na forma do Art. 124, Inciso II, Alínea d) da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.1.** Toda alteração de preço deverá possuir elementos que a sustente e comprove a elevação dos custos, levando em consideração ainda a compatibilização desta, com os valores praticados no mercado.

**9.1.2.** Quando realizado, as alterações serão registradas por Termo Aditivo.

**9.1.3.** Havendo prorrogação e em período não inferior a 12 (doze) meses, do referido contrato, a contratada fará jus ao reajuste, corrigindo os valores pelo índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

## 10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

**10.1.** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no T.R e Contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**10.1.1.** advertência;

**10.1.2.** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

**10.1.3.** 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente extinção do contrato, quando for o caso;

**10.1.4.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

**10.1.4.1.** inobservância do nível de qualidade da prestação dos serviços;

**10.1.4.2.** transferência total ou parcial das obrigações a terceiros;

**10.1.4.3.** subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do Município;

**10.1.4.4.** descumprimento de obrigações ou ingerência nas fiscalizações de obras.

**10.1.5.** Todas as penalidades são aplicadas mediante a autuação do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização).

**10.1.6.** Todos os registros referentes a penalidades serão registrados no SICAF e no CEIS.

**10.2.** A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.
**10.4.** O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderão ser descontados dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

## 11. PRAZO DE VIGÊNCIA

**11.1.** O contrato vigerá por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, sendo possível sua prorrogação, nos termos do Art. 107 da NLL 14.133/2021.

## 12. DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AO OBJETO.

**12.1.** Apresentar documentos de regularidade fiscal e jurídica, previstos nos Art. 66 e 68 Lei nº 14.133/2021.
**12.2.** Assinalar ‘’sim’’ nas declarações obrigatórias via sistema, com exceção do enquadramento a ME/EPP e Equiparadas, que deverá ser analisado caso a caso.
**12.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica:** Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido, a contento, bens **pertinentes e compatíveis** em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação (Instrumentos Musicais, Acessórios de Percussão e/ou Vestuário/Confecção Têxtil, conforme o lote ou item disputado).
**12.3.1.** O atestado deverá conter, obrigatoriamente, a identificação da pessoa jurídica emitente, a descrição dos bens fornecidos e a declaração de que o fornecimento foi executado satisfatoriamente.

## 13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

**14.1.** Não será permitido a subcontratação do objeto.

## 15. DO BENEFÍCIO E TRATAMENTO DIFERENCIADO AS ME/EPP.

**15.1.** Em cumprimento a Lei Complementar 123/2006, o objeto desta contratação é destinado exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme tratamento diferenciado disposto na referida lei.

## 16. DA VINCULAÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**16.1.** Por se tratar de contratação direta e com valor de baixo vulto e complexidade, nos temos do Art. 8º, inciso primeiro da Instrução Normativa nº 040/2020 e Art. 14, inciso I INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, fica dispensada a indicação do ETP para referida contratação.

## 17. DO PARCELAMENTO OU DA NÃO SOLUÇÃO.

**17.1.** Entendemos que os itens objeto do processo de compra são correlatos e de padrão usual de mercado, podendo ser geridos e executados por uma ou várias empresas, sem prejuízo ao ganho de escala, qualidade e eficiência na aquisição. Nos termos das Sumula nº 247 do TCU, o objeto será julgado e adjudicado por item.

## 18. DO LOCAL DO FORNECIMENTO E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**18.1.** ***Emitida a Autorização de fornecimento ou nota de empenho em favor da detentora, a mesma deverá fornecer os materiais e/ou serviços solicitados, garantindo sua entrega em até 10 (dez) dias úteis***.
**18.2.** Os materiais deverão ser entregues no endereço designado constante da Autorização de Fornecimento/Empenho.
**18.3.** Havendo omissão do endereço, fica designado como local de entrega, a sede da Prefeitura Municipal, endereço constante no rodapé deste instrumento.
**18.4.** Os materiais serão entregues em dias e horários de expediente da instituição, de segunda à sexta feira, entre os horários das 07:00 as 16:00 horas.
**18.5.** Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades
**18.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 19. DA PLANILHA DE QUANTITATIVOS.

| ITEM | DESCRIÇÃO COMPLETA | UNID. MEDIDA | QTDE | PREÇO (R$) | PREÇO TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| **1** | Pele batedeira para tamborim 6 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 35 | 15,56 | 544,60 |
| **2** | Pele batedeira para pandeiro 10 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 25 | 15,80 | 395,00 |
| **3** | Pele batedeira para caixa 14 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 35 | 33,72 | 1.180,20 |
| **4** | Pele batedeira para surdo 16 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 25 | 34,86 | 871,50 |
| **5** | Pele batedeira para surdo 18 polegadas P2 alumínio grande grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 25 | 39,18 | 979,50 |
| **6** | Pele batedeira para bumbo 20 polegadas P2 grossa com napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 25 | 60,30 | 1.507,50 |
| **7** | Pele batedeira para bumbo 22 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 45 | 68,46 | 3.080,70 |
| **8** | Pele batedeira para bumbo 24 polegadas P2 grossa, napa branca, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 15 | 71,50 | 1.072,50 |
| **9** | Pele batedeira para pandeiro 10 polegadas P2 grossa, napa transparente, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 15 | 20,64 | 309,60 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **10** | Pele batedeira para bumbo 20 polegadas P2 grossa com napa transparente, uso profissional, de qualidade igual ou superior às marcas Izzo, Luen ou Contemporânea. | und | 15 | 60,30 | 904,50 |
| **11** | Baqueta maçaneta com cabo de madeira e bola de pelúcia, alta qualidade, padrão profissional. | und | 25 | 39,00 | 975,00 |
| **12** | Baqueta para repinique em madeira, alta qualidade, padrão profissional, fornecida em kit com 02 (duas) unidades. | und | 25 | 39,00 | 975,00 |
| **13** | Baqueta para tamborim em silicone, alta qualidade, padrão profissional. | und | 25 | 39,00 | 975,00 |
| **14** | Talabarte para bumbo (correia / alça de sustentação), fabricado em fita de nylon de alta tenacidade, sistema de engate com 2 mosquetões de metal, largura de 4,5 cm, comprimento máximo de 95 cm ajustável, na cor branca ou preta, padrão profissional. | und | 50 | 35,00 | 1.750,00 |
| **15** | Bermudão silkado em tecido 100% poliéster, leve e confortável, secagem rápida, que não amassa, na cor branca e sem transparência. Arte para silkagem e quantitativo dos tamanhos (PP, P, M, G e GG) definidos no momento do pedido, sem exigência de pedido mínimo. | und | 200 | 29,00 | 5.800,00 |
| **16** | Pena de pato ponta normal, medindo de 20 a 30 cm, em cores variadas, fornecida em kit com 500 unidades. | und | 5 | 499,00 | 2.495,00 |
| **17** | Camisas personalizadas tipo "abadás", com sublimação total em malha 100% poliéster Dry Fit anticalor e costura reforçada. Arte inclusa e sujeita à aprovação do setor requisitante (artes distintas conforme demanda). Grade completa de tamanhos (camisetas PP ao XXG, baby look P ao EXG, infantil nº 2 ao 16 e plus size até o G7) sem variação de valor. Sem pedido mínimo e com pedido máximo de 100 unidades por requisição. | und | 1.000 | 19,99 | 19.990,00 |
| **18** | Tecido Forro Malha Gel Helanca Light, gramatura de 130 g/m², largura de 1,80 m, em cores variadas a serem solicitadas no momento do pedido em metragens específicas, sem exigência de pedido mínimo. | metros | 200 | 29,00 | 5.800,00 |
| **19** | Agulha de máquina de costura modelo 14/90. | und | 30 | 24,50 | 735,00 |
| **20** | Rolo de elástico para roupa com 7 mm de largura, contendo 100 metros cada rolo. | und | 5 | 35,00 | 175,00 |
| **21** | Tecido chitão colorido, largura de 1,50 m, composição 100% microfibra de poliéster, em cores e estampas variadas a serem solicitadas no momento do pedido em metragens específicas, sem exigência de pedido mínimo. | metros | 200 | 29,00 | 5.800,00 |
| **22** | Cone de linha de costura 120 colorida, comprimento de 500 m, espessura de 12 cm, composição 100% poliéster, em cores variadas a serem solicitadas no momento do pedido, sem exigência de pedido mínimo. | und | 60 | 15,00 | 900,00 |
| **23** | Tecido paetê, dimensões 1,00 x 1,00 m por unidade, peso 130 g/m², em cores e estampas variadas a serem solicitadas no momento do pedido em metragens específicas, sem exigência de pedido mínimo. | Metros | 100 | 29,00 | 2.900,00 |
| **24** | Cabelo sintético para perucas e bonecas em pacote de 500 g, em cores e tamanhos diversificados de acordo com a demanda, sem exigência de pedido mínimo. | KG | 20 | 99,00 | 1.980,00 |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** | | | | | **62.095,60** |

### 19.1. DO FLUXO DE APROVAÇÃO DE LAYOUT (ITENS PERSONALIZADOS)

Para os itens de vestuário que exigem personalização, o prazo de entrega obedecerá ao seguinte rito técnico para garantir a fidelidade da impressão:

a) **Envio da Arte (Dia 01 a 02):** A Contratada deverá enviar a prova virtual (boneco digital) da estampa para o e-mail da Secretaria de Cultura em até **24 (vinte e quatro) horas** úteis após o recebimento do Empenho.
b) **Aprovação (Dia 02 a 03):** A Administração terá o prazo de até **24 (vinte e quatro)**

**horas** úteis para analisar e aprovar o layout ou solicitar correções.
c) **Condição Suspensiva:** Durante o período em que a arte estiver sob análise da Administração (alínea 'b'), a contagem do prazo de entrega (10 dias) ficará **SUSPENSA**. A contagem será retomada imediatamente após a formalização da aprovação da arte por e-mail.
d) Caso a Contratada demore mais de 24 horas para enviar a arte ou realizar as correções solicitadas, esse tempo será descontado do seu prazo de entrega final.

**19.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA**

13.3.1. Os bens deverão ser entregues, em remessa única (salvo autorização expressa em contrário), no seguinte endereço:

**Local:** Almoxarifado da Secretaria Municipal de Cultura.
**Endereço:** Rua São José, nº 730, Centro, São Miguel do Anta/MG.
**Horário:** De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

13.3.2. A entrega deverá ser **agendada** com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas junto ao Fiscal do Contrato, para viabilizar a disponibilidade de equipe para descarga e conferência.

**19.3. DAS CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM**

A fim de garantir a integridade física e a celeridade na conferência, a entrega deve observar rigorosamente os seguintes padrões:

I. **Para Vestuário (Abadás, Bermudas, Sapatilhas):**

As peças devem vir dobradas e embaladas individualmente em sacos plásticos transparentes.

Devem ser separadas e agrupadas em fardos/caixas distintas por **Tamanho (Grade)** (ex: uma caixa contendo apenas tamanho M, outra apenas G), devidamente etiquetadas externamente. **Não serão aceitas caixas com tamanhos misturados**, o que inviabilizaria a conferência por amostragem.

II. **Para Instrumentos Musicais (Percussão):**

Devem ser entregues montados e pré-afinados.

Acondicionados em caixas de papelão reforçado ou plástico bolha de alta densidade, garantindo a proteção das ferragens e das peles contra impactos durante o transporte.

Os acessórios (baquetas, talabartes, chaves de afinação) devem estar embalados separadamente, mas identificados como pertencentes ao kit.

**19.4. DA LOGÍSTICA DE DESCARGA**

Correrão por conta exclusiva da Contratada todas as despesas com transporte, frete, carga, descarga e seguro da mercadoria até o efetivo recebimento no interior do almoxarifado municipal. A Prefeitura não disponibilizará empilhadeiras ou pessoal para descarga do caminhão da transportadora.

**20. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E PROVA DE CONCEITO (PoC)**

20.1. Para fins de verificação da exata conformidade dos materiais e equipamentos ofertados com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência e na legislação correlata, a Administração exigirá a apresentação de **Amostras** e a realização de **Prova de Conceito (PoC)**, com fulcro no **art. 17, § 3º, art. 41, inciso II e parágrafo único, e art. 42 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
20.2. A convocação para apresentação de amostras e prova de conceito dar-se-á **exclusivamente em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**,

após a fase de lances/negociação e análise de aceitabilidade da proposta de preços, em momento que antecede a homologação do certame e a formalização do contrato.
20.3. A exigência justifica-se tecnicamente ante a necessidade de assegurar a integridade, compatibilidade, durabilidade e plena interoperabilidade dos itens ofertados com a infraestrutura preexistente do Município e os requisitos operacionais fixados pela Administração Pública, prevenindo a entrega de bens inadequados, inexecuções contratuais e prejuízos ao erário.

**Da Comissão Especial de Avaliação Técnica e Recebimento de Amostras**

20.4. Fica designada a Comissão Especial de Avaliação Técnica, responsável pelo recebimento, custódia, realização dos testes práticos e emissão de parecer técnico conclusivo acerca das amostras apresentadas e da Prova de Conceito, composta pelos seguintes servidores públicos:

**Ana Barbara Martiniano Salgado –** Chefe do Departamento de Cultura – Membro Técnico / Avaliadora;
**Guilherme Virgílio Sales Fonseca –** Gerencia do Departamento de Esporte – Membro Técnico / Avaliador;
**Darlan Gabriel Ferreira Domingos -** Auxiliar Administrativo – Membro Técnico / Avaliador.

20.5. A Comissão exercerá suas funções em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, julgamento objetivo, segregação de funções e publicidade, com apoio formal dos órgãos de controle interno e da área jurídica quando necessário, consoante o **art. 7º e o art. 8º da Lei nº 14.133/2021**.

**Do Local, Prazo e Condições de Entrega das Amostras**

20.6. As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço oficial:

**Órgão:** Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta – Estado de Minas Gerais;
**CNPJ:** 18.133.926/0001-10;
**Endereço:** Rua São José, nº 730, Centro, São Miguel do Anta/MG – CEP: 36.590-000;
**Telefone / Contato Institucional:** (31) 3897-1221;
**Horário de Atendimento:** De segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h (dias úteis).

20.7. O licitante convocado terá o prazo improrrogável de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação formal via sistema eletrônico/chat, para efetuar a entrega das amostras no endereço indicado.

**20.7.1.** O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e motivada do licitante, protocolada antes do término do prazo inicial e aceita justificadamente pela Administração.
**20.7.2.** O envio, frete, seguro, transporte e eventuais custos de descarregamento correrão por conta exclusiva e inteira responsabilidade do licitante.

20.8. As amostras deverão ser entregues devidamente acondicionadas, lacradas e identificadas externamente com etiqueta indelével contendo:

- Razão Social e CNPJ da proponente;
- Número do Processo Administrativo e da Licitação/Pregão;
- Número do item, descrição sumária do bem, marca e modelo exatos constantes da

proposta comercial.

**Do Procedimento de Avaliação, Testes e Prova de Conceito**

20.9. A Comissão Especial examinará as amostras e conduzirá a Prova de Conceito avaliando critérios objetivos, entre os quais:

- **Conformidade Física e Dimensional:** Dimensões mínimas e acabamento exigidos;
- **Funcionalidade e Desempenho:** Testes operacionais, compatibilidade de conexões, testes de funcionamento contínuo e resposta técnica do equipamento;
- **Normas Técnicas e Certificações:** Exibição legível de selos obrigatórios como INMETRO, certificações oficiais e rotulagens vigentes;

20.10. A data, o horário e o local de abertura dos invólucros e da realização dos ensaios/testes práticos serão previamente divulgados via sistema eletrônico, sendo facultada a presença e o acompanhamento dos testes a todos os licitantes e cidadãos interessados, resguardada a integridade do ato.
20.11. Os exemplares entregues serão tratados como protótipos de teste, ficando a Comissão autorizada a manipulá-los, energizá-los, realizar testes destrutivos mínimos (caso inerente ao ensaio) ou submetê-los às condições de uso rotineiro, sem que assista ao licitante direito a qualquer indenização, pagamento ou ressarcimento.

**Do Julgamento, Diligências e Resultado**

20.12. Concluída a análise, a Comissão lavrará **Parecer Técnico Circunstanciado**, assinado por todos os seus membros, declarando a amostra e/ou prova de conceito como **APROVADA** ou **REPROVADA**, com fundamentação expressa nos critérios do instrumento convocatório.
20.13. O parecer será acostado aos autos do processo e divulgado no sistema eletrônico para ciência de todos os licitantes.

20.14. Será sumariamente **desclassificada** a proposta do licitante que:

**a)** Deixar de apresentar a amostra no prazo e local estipulados;
**b)** Apresentar equipamento/material em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência ou de marca/modelo divergente da proposta;
**c)** Tiver a amostra ou teste reprovado pela Comissão Técnica em razão do não atendimento aos padrões de desempenho e qualidade.

20.15. Na hipótese de recusa/desclassificação do licitante primeiro colocado, o Agente de Contratação convocará o licitante classificado subsequentemente para negociar, analisar a aceitabilidade da proposta e submeter amostra/prova de conceito, e assim sucessivamente, até que seja obtida uma proposta válida e aprovada.

**Da Destinação, Guarda e Devolução das Amostras**

20.16. A amostra aprovada do licitante vencedor permanecerá sob a custódia da Administração Municipal até a entrega definitiva do objeto contratado, servindo como padrão comparativo obrigatório de qualidade para a aceitação e o recebimento das remessas ordinárias.
20.17. As amostras reprovadas e aquelas apresentadas por licitantes que não venham a ser contratados deverão ser recolhidas pelo respectivo fornecedor no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de publicação da homologação do certame.
20.18. Findo o prazo estipulado no subitem anterior sem que as amostras tenham sido recolhidas, a Administração Municipal considerará os bens abandonados, podendo dar-lhes a

destinação que melhor convier ao interesse público (doação, uso ou descarte ambientalmente adequado), sem direito a qualquer indenização ao proponente.

## 21. DO VALOR ESTIMADO E MÁXIMO ACEITÁVEL.

**21.1.** O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente no aviso de contratação direta, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme preceitua o Art. 24 da Lei nº 14.133/2021.
**21.2.** Na hipótese de o valor ser declarado sigiloso, a estimativa preliminar do valor da contratação será apresentada em processo administrativo relacionado a este e de acesso restrito até a conclusão da etapa de julgamento das propostas, objetivando que os licitantes apresentem propostas formuladas com base em seus custos efetivos e não guiados pelo orçamento elaborado pela Administração.
**21.3.** O sigilo se aplicado, possuirá validade até o término da fase de lances, oportunidade em que servirão de base para negociação.

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

***02.01.01.13.392.008.2007.3.3.90.30.00 FICHA 64***

## 23. DA JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCAS

**23.1.** A indicação de marcas se houver, visam oferecer aos licitantes um padrão de qualidade aceitável para administração, tendo o condão único de conceder as licitantes uma melhor compreensão do objeto esperado.
**23.2.** A indicação de marcas possui embasamento legal conforme o Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.829/15 e Art. 41, inc. I, alínea de Lei º 14.133/2021.

> *Acórdão 2.829/15 – Plenário:*
> *A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada".*
>
> *ACÓRDÃO nº 2401/2006.*
> *O TCU destaca que "[…] a indicação de Marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida da expressão 'ou equivalente', 'ou similar', ou de 'melhor qualidade'"*
>
> *ACÓRDÃO nº 636/2006*
> *Pacificando o entendimento, "a indicação de marca na licitação deve ser precedida de apresentação de justificativas técnicas que demonstrem, de forma clara e inafastável, que a alternativa adotada é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da licitação.".*

## 24. CONDIÇOES GERAIS

**24.1.** A Prefeitura de São Miguel do Anta através da Secretaria Solicitante, reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas.
**24.2.** Qualquer tolerância por parte da Prefeitura de São Miguel do Anta através da Secretaria Solicitante, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não

importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura de São Miguel do Anta através da Secretaria Solicitante exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

**24.3.** A Contratada, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta à Prefeitura de São Miguel do Anta através da Secretaria Solicitante, produzidos em decorrência da execução do objeto da contratada, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Tribunal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

**24.4.** Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.

**24.5.** Para dirimir eventuais litígios, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa /MG.

## 25. DAS DECLARAÇÕES GERAIS

**25.1.** Declaramos que a contratação acima é viável e necessária ao cumprimento dos objetivos conforme já delineado.

**25.2.** Declaramos que a contratação está alinhada com o planejamento e demanda anual.

APROVO o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar os interessados de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

**Responsável pelo T.R:**

São Miguel do Anta, 16 de novembro de 2026

**VIANEY DE SOUZA**
Secretaria Municipal de Governo

**ANA BARBARA MARTINIANO SALGADO**
Departamento de Cultura, turismo e patrimônio histórico

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

***ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.***

**TERMO DE CONTRATO Nº /2026**
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026.**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENO DE BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA** por intermédio do(a) ..... (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 – Estatuto Federal de Licitações, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente procedimento de compra, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a **Aquisição de instrumentos musicais, acessórios de percussão, vestuário (abadás e uniformes), tecidos, aviamentos e adereços carnavalescos, destinados ao aparelhamento, estruturação e caracterização da Banda Furiosa, dos blocos carnavalescos e da equipe de apoio, visando atender às necessidades de organização e realização das festividades carnavalescas do Município de São Miguel do Anta/MG,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Contratação Direta.
**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Contratação Direta, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
**1.3.** Discriminação do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO COMPLETA | UNID. MEDIDA | QTDE | PREÇO (R$) | PREÇO TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| | | | | | |

**1.4.** O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).
**1.5.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
**1.6.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.6.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;
**1.6.2.** O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
**1.6.3.** A Proposta do Contratado;
**1.6.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.** A possibilidade de prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**3.1.** O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo são aqueles que constam no Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

***02.01.01.13.392.008.2007.3.3.90.30.00 FICHA 64***

**4.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante simples apostilamento ou indicação via sistema de gestão.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

**5.1.** O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

**6.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**7.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

**8.1.** As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

## CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

**9.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por agente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**10.1.** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES ESANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** As infrações e sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**12.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
**12.1.1.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
**12.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
**12.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
**12.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
**12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
**12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
**12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
**12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
**12.3.3.** Indenizações e multas.

**12.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

**13.1.** É vedado à CONTRATADA:
**13.1.1.** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
**13.1.2.** interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
**14.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
**14.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos, aplicável ainda, as decisões e recomendação proferidas pelos Órgãos de Fiscalização e controle, TCE E MP.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

**16.1.** Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.
**16.2.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
**16.3.** Para cumprimento da disposição contida nos Artigos nº 94 e 174 da NLL nº 14.133/2021, até a completa criação e implantação do PNCP, bem como a conclusão da integração entre sistemas para envio dos dados na íntegra, adota-se a recomendação do TCE-MG, processo nº 1104835, Tribunal Pleno – 6/10/2021, para cumprimento dos princípios da publicidade dos autos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

**17.1.** É eleito o Foro da Comarca de Viçosa/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**SÃO MIGUEL DO ANTA ..... de..... de 20.....**

_____ _____
*Responsável legal da CONTRATANTE* *Responsável legal da CONTRATADA*

**TESTEMUNHAS:**
**1-** **2-**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

***ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA.***

**(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)**

***Local e data***

AO SETOR DE LICITAÇÃO / A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

Declaramos aceitos os termos do edital de dispensa eletrônica, e apresentam-lhes nossa proposta para **Aquisição de instrumentos musicais, acessórios de percussão, vestuário (abadás e uniformes), tecidos, aviamentos e adereços carnavalescos, destinados ao aparelhamento, estruturação e caracterização da Banda Furiosa, dos blocos carnavalescos e da equipe de apoio, visando atender às necessidades de organização e realização das festividades carnavalescas do Município de São Miguel do Anta/MG,** conforme relação quantitativa especificada no Edital.

**(PREENCHER ITENS PRETENTIDOS, CONSTANDO MARCA, MODELO, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL)**

- O valor global da proposta é de R$.....

- O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de julgamento da licitação.

Dados do responsável legal para assinatura do Termo de Contrato;

**Nome:** **CPF:**
**ID:** **End:**
**Tel.:** **E-mail:**

Atenciosamente,

.....
Assinatura do Responsável Legal
CPF :

EMPRESA : .....CNPJ:.....
ENDEREÇO : .....
Tel.: .....E-mail.....

***Nota:** O Preenchimento das informações em vermelho são obrigatórias e essenciais para o estabelecimento da relação Administração – Fornecedor, após o julgamento.*

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 088/2026**

***ANEXO V – DECLARAÇÃO CONSOLIDADA DE ATENDIMENTO AO OBJETO.***

## DECLARAÇÃO CONSOLIDADA DE ATENDIMENTO AO OBJETO.

A empresa _____, sediada na _____ telefone_____ fax_____ e-mail_____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os devidos fins DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente administrativo de contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Estou ciente e concordo com as condições contidas no termo de referência, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Declaro deter prévio conhecimento dos desafios a serem enfrentados na execução dos serviços, bem como estar ciente das obrigações impostas pela contratante, não cabendo contestação posterior de nenhuma natureza.

***Sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.***

***Nota: Remover o parágrafo acima caso a empresa não se enquadre como ME ou EPP***

Local e data

_____

***Assinatura do Sócio Administrador***